



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NA ÁREA DE SAÚDE

Carga horária total em EAD: 420hs



CORPO DOCENTE

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO - Doutor - Coordenação Pedagógica e Acadêmica do Curso

ANTONIO FRANÇA DA COSTA - Mestre

ANTÔNIO LÁZARO SOARES DO AMPARO - Especialista

ANTÔNIO VEIGA ARGOLO NETO - Especialista

EDRACI DE ANDRADE ALVES - Especialista

JULIANA SANTOS - Especialista

JULIEDE DE ANDRADE ALVES - Especialista

MANOEL HENRIQUE DE MIRANDA PEREIRA - Mestre

MARIA LUÍZA LEITÃO CAMPELO - Especialista

RODRIGO CHAGAS GIUDICE - Especialista

ROMUALDO ANSELMO DOS SANTOS - Doutor

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NA ÁREA DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

A administração pública municipal tem a missão institucional de promover o bem comum, através da realização de atividades dos órgãos públicos, visa atender aos anseios da sociedade, entretanto, para o pleno alcance dessa missão é necessário que os órgãos, os agentes e as atividades que compõe a gestão pública funcionem de forma sistêmica e simétrica.

O conhecimento pelos administradores e gestores da área de saúde, das formas, dos acessos e da utilização dos recursos federais, constitui-se em uma das ações consideradas prioritárias no âmbito do governo municipal, principalmente, no que se refere a captação, a aplicação desses recursos e a avaliação dos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública.

Nesse contexto, é imprescindível que os agentes que atuam nos órgãos públicos tenham capacidade técnica para o pleno exercício de suas funções.

Para essa finalidade a FUNDACEM selecionou neste Curso as seguintes disciplinas: Recursos públicos, políticas públicas, planejamento e execução orçamentária; Programas federais executados pelos municípios; Convênios, contratos de repasse e prestação de contas com o TCU; Elaboração de projetos para captação de recursos federais não reembolsáveis; O controle e a fiscalização dos recursos públicos federais: governança estratégica; O controle, a fiscalização, a transparência e o acesso à informação dos recursos federais geridos pelos municípios; Recursos federais transferidos aos municípios no âmbito do sus; Regionalização e espaços de pactuação, controle social e programas de saúde I; Atenção especializada no SUS; Programas de saúde II; Plano municipal de saúde e Sistemas de informação da saúde como ferramenta de apoio e auxílio na gestão.

Destaca-se ainda mais neste Curso, a disciplina Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais não reembolsáveis, que orienta criar diversos projetos de captação de recursos.

A eficiência da Gestão Pública mostra que servidores qualificados propiciam o oferecimento de melhores serviços aos cidadãos, sendo assim, a qualificação dos profissionais que atuam na área pública de saúde é um dos maiores investimentos a ser feito em prol do bem coletivo.

Seja bem-vindo!

César Montes

Presidente da FUNDACEM

Coordenador Geral do Curso

(71) 98805-4321

JUSTIFICATIVA

O Setor da Saúde Pública Municipal passa no momento por um crescente número de problema, além de enfrentar muitas mudanças nas suas especificidades.

Observa-se também, que a expectativa de vida está crescendo ano a ano, justificando a necessidade de se aumentar a qualidade no acesso aos serviços de saúde pública.

Assim, os profissionais que se inserem no Setor da Saúde Pública, precisam compreender o espaço que estão inseridos, para que possam decidir de forma mais qualificada, diante da realidade que está sendo vivida.

Para tanto, os profissionais que atuam no setor de saúde pública municipal precisam se capacitar de modo a poderem executar suas atividades de acordo com as normas que regem esse setor e às exigências das necessidades dos cidadãos.

OBJETIVO

O curso se destina a orientar as formas possíveis de captação de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como conhecer de forma ampla os programas na área de saúde e sua aplicabilidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais fontes de recursos federais da área de saúde para captação e aplicação desses recursos;
- Compreender o ciclo de captação de recursos na área de saúde;
- Abordar os principais programas federais geridos, pelos municípios na área de saúde;
- Aplicar os recursos públicos tendo como orientação os aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da administração pública;
- Aprimorar o monitoramento e avaliação dos recursos utilizados na área de saúde;
- Conhecer os principais riscos envolvidos no trato dos recursos da saúde;
- Ter ciências das sanções pela inobservância das normas pertinentes na utilização dos recursos da saúde;
- Tomar conhecimento da responsabilidade dos agentes envolvidos com o uso dos recursos destinados a saúde.

PÚBLICO ALVO

Secretários de Saúde, diretores, coordenadores, assessores técnicos, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, membros dos fundos de saúde, membros dos conselhos municipais de saúde, agentes públicos de áreas afins, graduados em outras afins.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NA ÁREA DE SAÚDE

MÓDULO I - RECURSOS PÚBLICOS, POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Recursos Públicos

O que são recursos públicos;
quais as espécies de recursos;
Forma de acesso e obtenção;
Transferências voluntárias;
Transferências legais e constitucionais;

Requisitos para recebimento de transferências voluntárias;
Principais instrumentos para realização de transferência voluntária e legais.

Políticas Públicas: Conceito, ciclo da política pública, efetividade;

As políticas públicas da saúde, educação, assistência social e de infraestrutura (obras): características, alcance e indicadores.

Planejamento público: Importância, instrumentos de planejamento.

Como são abordados nas principais peças de planejamento (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual).

Execução Orçamentária: Fases da despesa. Fases da receita.

MÓDULO II - PROGRAMAS FEDERAIS EXECUTADOS PELOS MUNICÍPIOS

Principais programas da saúde: legislação e objetivos;
Principais programas da educação: legislação e objetivos;
Principais programas da assistência social: legislação e objetivos;
Principais programas da infraestrutura: legislação e objetivos;
Formas de transferências dos recursos vinculados a programas federais;
Execução dos programas; Prestação de contas

MÓDULO III - CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E PRESTAÇÃO DE CONTAS COM O TCU

Convênios

Legislação básica;
Definições: Concedente e Convenente;
Contrato de Repasse;
Definições: Executor e Interveniente;
Diferenças entre Convênios e Contratos de Repasse;
Celebrção do instrumento;
Cláusulas obrigatórias;
Cláusulas acessórias;
Assinatura das partes;
Extrato de publicação e Publicação do convênio;
Comunicações ao Poder Legislativo;
Transferência dos Recursos;
Abertura e Movimentação da conta bancária;
Mudança de domicílio bancário;
Possibilidades e Vedações quanto a Realização de Despesas;

Procedimentos para pagamento de despesas;
Gerenciamento de Recursos não Utilizados;
Realização de Despesas após Vigência;
Remanejamento de Recursos;
Celebração de Termo Aditivo;
Rescisão e extinção;
Sanções aos Responsáveis;
Quitação das obrigações;
Fiscalização, Controle e Monitoramento;
Principais irregularidades que são detectadas pelos órgãos de controle;
Tomada de Contas Especial;
Sistema de Gestão de Convênio e Contratos de Repasse.

Prestação de Contas Convênios e Contratos de Repasse

Incluir Prestação de Contas;
Enviar a Prestação de Contas para Análise;
Resgate de Saldo da Aplicação;
Saldo Remanescente;
Prestação de Contas na modalidade de Termo de Parceria;
Antecipação da Prestação de Contas;
Incluir Antecipação da Prestação de Contas;
Incluir Estorno da Antecipação da Prestação de Contas;
Solicitar Devolução da Análise da Prestação de Contas;
Responder Solicitação de Devolução da Análise da Prestação de Contas;
Incluir Estorno da Antecipação da Prestação de Contas após a Devolução da Solicitação.

Prestação de Contas – Inadimplência

Incluir Inadimplência;
Incluir Estorno de Inadimplência;
Resgatar Prestação de Contas;
Retificar Análise;
Documentos devem compor a prestação de contas;
Comprovantes de despesas;
Formas de Pagamento das Despesas;
Guarda dos documentos;
Envio da prestação de contas.

O Processo de Contas no TCU

Prestação de Contas ao TCU;
Tomada de Contas no TCU;
Tomada de Contas Especial no TCU;
Exame de prestação de contas no TCU;
Julgamento da Prestação de Contas no TCU

Contas de Entidades Públicas X Entidades sem fins lucrativos

Controle Social e a Prestação de Contas;
Organizações do Terceiro Setor;
Prestação de Contas do Terceiro Setor.

MÓDULO IV - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Apresentação de Propostas

Formas;

Tipos de demandas: demanda espontânea; demanda induzida;

Emendas;

Características;

Conceitos;

Descentralização de recursos;

Programas de governo;

Panorama atual;

Ministérios e áreas de atuação;

Instrumentos de Pactuação

Principais conceitos;

Principais instrumentos;

Legislação base e normativos;

Noções de orçamento;

Noções de finanças municipais

Definição de projeto

Conceito;

Finalidade

Ciclo de vida do projeto

Fases do ciclo de vida do projeto;

Iniciação;

Planejamento;

Execução;

Encerramento;

Passos que antecedem a elaboração de um projeto

Identificação pragmática e adequada do problema e definição lógica do objeto para solução;

Definição do contexto, do problema e da proposta;

Adequação do objetivo do projeto ao objetivo da ação disponibilizada pelo agente financiador;

Montagem da estrutura de apoio necessária;

Características de um bom projeto

Identificação e adequação dos principais aspectos que serão considerados pelo Financiador;

Grau de maturidade e perspectiva de viabilidade de auto sustentação;

Identificação prévia dos resultados esperados com a implementação do projeto;

Identificação dos fins;

Clareza dos objetivos;

Planejamento

Principais elementos;

Principais fontes de financiamento;

Onde e como identificar oportunidades;

Principais elementos para a formulação de um projeto

Elaboração da metodologia;

Conhecimento mínimo da área e das necessidades

Bases e critérios para elaboração de um projeto

Análise de viabilidade: viabilidade financeira; viabilidade econômica; viabilidade técnica; viabilidade ambiental; viabilidade social; viabilidade política; viabilidade de localização; viabilidade de gestão; viabilidade operacional;

Fatores internos de influência: forças; fraquezas;

Fatores externos de influência: oportunidades; ameaças;

Estrutura e elaboração do projeto

Estruturação do projeto: observações e principais cuidados para a elaboração do projeto;

Apresentação geral;

Estrutura básica do projeto;

Elaboração do projeto: o ambiente do projeto; título; resumo; duração e período de execução; planilha orçamentária; orçamento do projeto; composição de custos;

Objetivos: gerais; específicos; resultados esperados;

Metas: metas qualitativas; metas quantitativas;

Etapas: ação; atividade meio; atividade fim;

Cronogramas físicos e financeiros;

Indicadores;

Estatísticas;

Capacidade operacional e capacidade técnica;

Justificativa;

Público alvo;

Responsáveis pela elaboração;

Especificidades;

Plataforma Mais Brasil e SICONV

Definição;

Apresentação;

Particularidades;

Exemplos práticos de propostas;

Características;

Dados gerais;

Como navegar;

Tutoriais de cadastramento;

Principais Agentes Financiadores de Projetos – Internos. Externos;

Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais não reembolsáveis

A administração pública;

Finalidade;

“A promoção do bem comum”;

Administração patrimonialista, burocrática e gerencial;

Empreendedorismo governamental;

Aumento das receitas municipais versus atendimento das necessidades dos cidadãos;

Transferências de Recursos Federais;

Recursos disponíveis;

Levantamento das Necessidades;

Elaboração de Projeto;

Termo de Referência;

Projeto Básico;

Documentação Necessária;

Preparação da Proposta;

Requisitos da Proposta;

O SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da Administração Pública Federal;

Conceitos Básicos; Elaboração de Projetos; Análise de Projetos; Aprovação de Projetos;

Acessos: Livres e Restritos.

MÓDULO V - O CONTROLE E A FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS: GOVERNANÇA ESTRATÉGICA.

Os Problemas da má gestão;

Conjuntura atual da administração pública brasileira;

Panorama geral da gestão municipal e as fragilidades institucionais detectadas nas fiscalizações federais;

Triângulo da fraude: as ações mitigadoras de controle para elevar a capacidade de uma entrega mais efetiva das políticas públicas;

Governança Pública: como potencializar a dinâmica de atuação do Controle Interno;

O porquê da adoção de uma estrutura de integridade nos municípios;

Riscos para a integridade: como atacar as causas das disfunções nas Contratações;

O pregão eletrônico na prática: Fase Interna, externa, recursos, novos paradigmas do pregão eletrônico, operacionalização do sistema de compras governamentais.

MÓDULO VI - O CONTROLE, A FISCALIZAÇÃO, A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS GERIDOS PELOS MUNICÍPIOS

Controle:

As formas de controle vertical e horizontal;

Distinção entre controle interno e controle externo;

Órgãos que exercem os controles;

Forma de atuação dos órgãos de controle;

Encaminhamentos de irregularidades;

Responsabilização do agente público frente à gestão dos recursos repassados pela União;

Transparência;

Transparência com o gasto público;

Acesso à informação pública no Brasil;

A nova lógica do serviço público brasileiro;

Distinção entre Transparência Ativa e Passiva;

Transparência Ativa (lei 12.527/2011);

Transparência Ativa (lei 101/2000 e lei 131/2009);

Portal da Transparência da União, seu funcionamento;

Lei de acesso à informação:

Lei de Acesso à Informação (LAI) e a transparência passiva;

Abrangência e conceitos fundamentais da LAI;

Princípios;

Do procedimento de acesso à informação;

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) Físico e Eletrônico;

SIC Federal;

Do direito do solicitante, das restrições de acesso à informação;

Classificação da informação, prazos e recursos;
Das responsabilidades;
Regulamentando a Lei de acesso à informação no Município;
Programa de fomento à transparência Municipal;
Entendendo os Rankings de Transparência Federais;
Oficina de análise da Transparência Municipal;
Atuação do Ministério Público Federal quanto ao descumprimento legal;
Transparência Pública na visão do MPF;
Sanções pelo descumprimento da legislação no que se refere à Transparência.

MÓDULO VII - RECURSOS FEDERAIS TRANSFERIDOS AOS MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO SUS

Recursos do SUS;
Requisitos que os Municípios devem cumprir para receber recursos federais para a saúde; formas de transferência dos recursos federais para a saúde;
Transferências regulares e automáticas;
Remuneração por serviços produzidos;
Convênios;
Movimentação bancária do dinheiro do SUS;
Em que pode ser gasto o dinheiro da saúde;
Mudanças nos blocos de financiamento do SUS (bloco da atenção básica, bloco da atenção de média e de alta complexidade, bloco vigilância em saúde, bloco assistência farmacêutica, bloco gestão do sistema único de saúde)
Bloco Custeio e Bloco Investimento;
Instrumentos de Planejamento da Saúde
Plano Municipal de Saúde;
Programação Anual de Saúde;
Relatório Anual de Gestão;
Relatório Quadrimestral;
SARGSUS/DIGISUS;
Novo financiamento da Atenção Básica Portaria 2979/2019, Emenda Parlamentar, Transposição de Recursos Federais Remanescentes de exercício anteriores LC 172/2020.

VIII - REGIONALIZAÇÃO E ESPAÇOS DE PACTUAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E PROGRAMAS DE SAÚDE I

Instâncias de Pactuação;
Comissão Intergestores Tripartite (CIT);
Comissões Intergestores Bipartites (CIB) e CIR (Comissão Intergestora Regional);
Componentes do Pacto pela Saúde;
Termo de Compromisso de Gestão (TCG)/ COAP;
Estratégia Saúde da Família;
Programa de Saúde na Escola;
Academia da Saúde;
Saúde na Hora;
Programa Mais Médicos;
PROVAB – Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica/Médicos pelo Brasil;
Conselho Municipal de Saúde;
Conselho Local de Saúde;

Mecanismos de exercício do controle social;
Formas de exercício do controle social;
O direito à informação e o controle social;
Funções dos conselhos municipais: fiscalizadora, mobilizadora e deliberativa;
Condições para o exercício da função de conselheiro municipal

MÓDULO IX - PROGRAMAS DE SAÚDE II

Programa Melhor em Casa;
Cartão Nacional de Saúde;
PNAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição;
Banco de Leite Humano;
Projeto Olhar Brasil;
Projeto de Formação e Melhoria da Qualidade de Rede de Atenção à Saúde – QualiSUS;
Humaniza SUS;
Programa Brasil Soridente, CEO, LRPD, Consultório de Rua, PNAISP.

MÓDULO X - ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO SUS

Urgência e Emergência (UPAs, Leitos de urgência, SAMU);
Saúde Mental (CAPS);
Pessoa com deficiência (CER);
Sistema de solicitação de habilitação – SAIPS;
Processo de captação por rede temática.

MÓDULO XI - PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

O que deve ser observado para a elaboração do Plano Municipal de Saúde;
A construção do Plano Municipal de Saúde (PMS);
Análise de dados a partir dos sistemas de informação em saúde;
Análise de Situação de Saúde;
Definição das diretrizes, objetivos, metas e indicadores;
O Planejamento Estratégico Situacional (PES);
A Política de Saúde Municipal, o Conselho e as Conferências de Saúde;
Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS);
O Fundo de Saúde.

MÓDULO XII - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE COMO FERRAMENTA DE APOIO E AUXÍLIO NA GESTÃO

Sistemas de Informação da Saúde como ferramenta de auxílio na gestão e seu funcionamento, com ênfase no SIOPS – O Sistema de informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde;
CNS – Cartão Nacional do Cidadão - “Cartão SUS”;
SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;
SISAB – Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica;
Plataformas E-sus e E-gestor;
PEC – Prontuário Eletrônico do Cidadão;
Informatiza APS.

CORPO DOCENTE DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NA ÁREA DE SAÚDE

ANTONIO FRANÇA DA COSTA

Mestre em Direito Público pela UFBA. Especialista em Direito Público pelo Complexo Jurídico Damásio de Jesus. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Administração Pública pela Escola de Governo de Minas Gerais-Fundação João Pinheiro.

ANTÔNIO LÁZARO SOARES DO AMPARO

Especialização em Direito Público e Controle Municipal pela UNIBAHIA/FUNDACEM (2010). Graduado em Ciências Contábeis pela UFBA em 2003. Habilitado para Magistério Superior pela UNIBAHIA/FUNDACEM.

ANTÔNIO VEIGA ARGOLO NETO

Especialista em Gestão Pública, Graduado em Administração e em Direito.

EDRACI DE ANDRADE ALVES

Especialista em Saúde Coletiva pelo ISC/UFBA; em Obstetrícia pela UNIJORGE. Graduação em Enfermagem pela UCSAL.

JULIANA SANTOS

Especialista em Auditoria e Gestão em Saúde, Auditoria do SUS, Gerenciamento em Processos de Trabalho na Atenção Básica, Administração Hospitalar, Graduada em Enfermagem, Auditoria em Saúde da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

JULIEDE DE ANDRADE ALVES

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Mestra em Alimentos Nutrição e Saúde (Programa de Pós-Graduação - ENUFBA); Especialista em Vigilância Sanitária, Graduada em Nutrição.

MANOEL HENRIQUE DE MIRANDA PEREIRA

Mestrado na área de Saúde, Ambiente e Trabalho pela Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB/UFBA). Especialista em Gestão da Clínica nos Hospitais do SUS pela Fundação Dom Cabral (FDC/Hospital Sírio Libanês); Especialista em Gestão Regionalizada do SUS pela Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia (EESP/SESAB). Graduado em Enfermagem.

MARIA LUÍZA LEITÃO CAMPELO

Especialização em Auditoria em Saúde; Em Saúde Pública com ênfase em PSF; Em Saúde Coletiva com ênfase em Gestão de Saúde; Em Gestão do Trabalho e Educação Permanente, Em Educação Pedagógica; Em Administração Hospitalar; Em Apoio Institucional na Atenção Básica; Em Gestão de Programas de Residência Médica no SUS. Graduação em Enfermagem pela UCSAL.

RODRIGO CHAGAS GIUDICE

Especialista em Gestão de Pessoas na Administração Pública pela Universidade Gama Filho, Graduado em Administração pela UFBA.

ROMUALDO ANSELMO DOS SANTOS

- Doutor (PhD) em Política pela Universidade de Sheffield, Reino Unido, Mestre em Ciências Política pela Universidade de Brasília (UnB).

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NA ÁREA DE SAÚDE

HORÁRIO DAS AULAS: Qualquer hora do dia ou da noite, em todos os dias da semana, inclusive nos feriados.

INÍCIO DO CURSO: Imediatamente após o pagamento.

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter frequência obrigatória mínima de 75%.

DURAÇÃO: O aluno terá até 10 meses da matrícula para concluir o Curso. No caso do aluno não concluir o curso em 10 meses, será considerado desistente.

AVALIAÇÃO: Serão realizadas provas e fóruns nas disciplinas do curso.

APROVAÇÃO: Será aprovado no Curso de Especialização o aluno que obtiver a frequência de 75%, no mínimo, bem como, nota igual ou superior a **7,0 (sete)**, em cada uma das 12 (doze) disciplinas.

MÓDULOS EM ENSINO À DISTÂNCIA: Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando a metodologia de ensino à distância através de atividades extra classe como: leituras, exercícios, atividades, avaliação, fóruns e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos de ensino a distância deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO: O valor do curso por participante é de **R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais).**

OBSERVAÇÕES: **Todos os contratos para esse curso, deverão estar devidamente assinados pelo gestor e pagos para que o aluno possa começar o curso.**

Os pagamentos poderão ser parcelados em até 10 (dez) vezes no cartão de crédito.

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

Entre no site da FUNDACEM, www.fundacem.org.br, acesse o **Curso de Especialização em Captação e Gestão de Recursos Públicos Federais na Área de Saúde**, clique em Matricule-se, preencha uma ficha que irá aparecer e clique em enviar, abaixo da ficha.

FORMAS DE PAGAMENTOS:

1) Diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, **CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2** com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br (Os depósitos bancários devem ser feitos com identificação do nome do inscrito, empresa ou Prefeitura).

2) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2^a Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, Brotas, Salvador – BA.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Identidade e CPF (original e cópia), certificado ou diploma de graduação, histórico escolar da graduação, ficha de matrícula e xerox da certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

Obs: Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

2^a Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas
CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

 Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: (71) 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: (71) 99186-7431

21 ANOS

FUNDACEM



FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiaram a FUNDACEM nesses 21 anos de capacitação:



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO TSE



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA



Organização Internacional do Trabalho
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

